

## O CURRÍCULO DE MATEMÁTICA NA BNCC – UMA VISÃO ALÉM DOS NÚMEROS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Rafael Rodrigues Mota<sup>1</sup>  
Sergio Gledson Marques de Lima<sup>2</sup>  
Suely Nogueira dos Santos<sup>3</sup>  
Luciana Maria de Souza Macêdo<sup>4</sup>  
Fábio Alexandre Santos<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente texto tem como objetivo realizar uma análise acerca do currículo de Matemática na BNCC, buscando expor aspectos metodológicos relacionados ao ensino da Matemática, bem como averiguar como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo corroboram com a forma que as aulas são ministradas. Para essa análise, será discutido como a Educação se desenvolveu no Brasil, procurando pontuar pontos importantes que impactaram a educação brasileira no passado e no momento atual. Para a análise da BNCC, precisamos, primeiramente, entender o porquê de sua existência, qual a função da Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB e como elas estão relacionadas. Sendo a BNCC um documento que embasa os currículos das escolas de todo o Brasil, será definido o que é um currículo e como ele está estruturado. Após essa contextualização, foi pontuada algumas competências da BNCC para o ensino de Matemática, que reforçam o seu objetivo de tornar a aprendizagem matemática mais inserida na vida cotidiana dos estudantes. Por fim, para averiguarmos se o que está escrito sobre a Matemática na BNCC está sendo aplicada, entrevistamos dois professores, sendo um da rede privada e outro da rede pública de ensino, ambos de escolas localizadas na cidade de Juazeiro do Norte/CE, que trouxeram seus relatos sobre como está sendo o ensino de Matemática no momento atual de pandemia da Covid-19.

**Palavras-chave:** BNCC, Currículo, Educação, Matemática.

### INTRODUÇÃO

A educação brasileira encontra-se amparada por documentos educacionais garantindo sua existência e estruturação a fim de ser aplicada e desenvolvida nas instituições de ensino.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Regional do Cariri – URCA, [rafamota770@gmail.com](mailto:rafamota770@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Regional do Cariri – URCA, [s.gledson15@gmail.com](mailto:s.gledson15@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Regional do Cariri – URCA, [suhmath2000@gmail.com](mailto:suhmath2000@gmail.com);

<sup>4</sup> Professora do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Regional do Cariri – URCA, [luc.macedo@yahoo.com.br](mailto:luc.macedo@yahoo.com.br);

<sup>5</sup> Professor orientador: professor do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Regional do Cariri – URCA, [fabioalexandre71@yahoo.com.br](mailto:fabioalexandre71@yahoo.com.br).



A constituição brasileira assegura a Educação como um direito a todos, para que assim, os indivíduos desenvolvam habilidades básicas ao convívio social. A princípio, devemos compreender que a Educação se desenvolve com base em documentos, como a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os quais norteiam os currículos escolares. Dessa forma, é importante compreender como estão estruturados esses documentos, para que possamos nos aprofundar no currículo da Matemática.

O currículo reúne os conteúdos a serem lecionados durante o ano letivo adequado a partir dos documentos supracitados. Para que não haja uma disparidade entre os currículos de todas as escolas brasileiras, existe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), responsável para nivelar os conteúdos lecionados em todo o país.

Em muitas situações é possível escutar estudantes afirmarem que a Matemática é desnecessária e não precisará dela em seu convívio prático e social. Entretanto, nesse artigo buscaremos expor como o ensino da Matemática não se restringe apenas em cálculos superficiais, mas que, segundo a BNCC, está relacionado à nossa prática cotidiana. Para tal, serão entrevistados dois professores de Matemática que lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental, sendo um atuante na escola da rede municipal de ensino e o outro numa escola da rede privada, a fim de averiguar como diferentes professores desenvolvem suas práticas metodológicas em sala de aula e se estas estão embasadas nos documentos educacionais e no currículo escolar, bem como se em suas aulas a Matemática se apresenta de forma prática, ou seja, uma Matemática que vai além dos cálculos.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como campo, pois de acordo com Gil, (2002, p. 53), “o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana”. Sendo que, a pesquisa de campo pode ser formalizada por meio de observações diretas das ações de comunidades, ou de entrevistas com indivíduos, tendo finalidade de obter informações sobre o que acontece em determinada localidade. Além disso, Gil (2002) estabelece a análise de documentos, imagens fotográficas ou filmagens.

A trajetória desta pesquisa segue tendo como embasamento teórico documentos relacionados à Educação Brasileira, em especial, o ensino da Matemática. Acerca do desenvolvimento da Matemática no Brasil, os documentos educacionais, como a Lei de



Diretrizes e Bases da Educação, que formula o ensino brasileiro, os Parâmetros Curriculares Nacionais – (PCN), que auxilia os professores quanto ao desenvolvimento das práticas pedagógicas escolares e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que nivela os conteúdos lecionados nas séries escolares, em todas as escolas do Brasil, além de textos sobre a temática, contribuindo para a exploração e desenvolvimento do tema. Trabalhamos o desenvolvimento dos conteúdos abordados na BNCC através da coleta de dados de duas entrevistas realizadas a partir de um questionário.

Participaram da pesquisa 02 (dois) professores, sendo 1 (um) professor de uma escola privada, com 4 (quatro) anos de experiência em sala de aula e 1 (uma) professora da escola da rede municipal de ensino, com mais de 15 (quinze) anos de experiência em sala de aula, ambas localizadas na cidade de Juazeiro do Norte/CE. As entrevistas aconteceram de forma presencial em junho de 2022, uma delas gravada e transcrita e a outra apenas transcrita. Facilitando a análise dos dados. Os professores participantes da pesquisa autorizaram suas informações através da assinatura do Termo de Consentimento Livre esclarecido (TCLE).

A análise das entrevistas possibilitou explorar o tema em questão, analisando o contexto educacional no qual os professores estavam imersos, os quais serão indicados por nomes fictícios preservando suas identidades. Serão: João, professor de matemática de uma escola particular e Adriana, professora da escola pública.

## **O CURRÍCULO DE MATEMÁTICA NA BNCC: uma visão além dos números, no ensino fundamental.**

### **Educação no Brasil**

A educação pode ser compreendida como uma forma de transpor conhecimento. Isso já se configurava antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Os indígenas tinham o hábito de repassar, para as novas gerações, os ensinamentos que eram adquiridos com os antepassados. Essa forma de aprendizado se dava a partir das histórias contadas pelos anciões da aldeia e da observação feita em campo quando seus pais caçavam e coletavam nas matas. Dessa forma, as crianças indígenas aprendiam sobre a vida, os costumes, e a natureza.

Esses (índios) tinham a natureza como lar e como escola. Na mata, no campo, nos vales e na correnteza dos rios, os mais novos eram instruídos pelos mais velhos. Ciências naturais, cosmologia, história e principalmente a língua, eram transmitidos o tempo todo. Educar entre os índios era uma constante. (CAPANEMA, 2021 p. 5).



Porém, quando falamos em educação escolar no Brasil, só podemos afirmar o surgimento desta no período de colonização dos portugueses. Mais precisamente, a partir de 1549, quando os padres jesuítas recém-chegados ao Brasil criaram o que seria a primeira escola em solo Brasileiro. Porém, o objetivo principal da educação jesuíta era a evangelização dos indígenas, mas era também o único sistema educacional público que existia na colônia. Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias portuguesas, logo, as escolas criadas pelos jesuítas também encerraram suas atividades no Brasil nessa época.

É importante destacar que após a expulsão dos jesuítas, a educação só voltou a avançar com a chegada da família real ao Brasil. Segundo Vilela (2018), D. João VI criou escolas de Medicina e refundou a Academia Militar (conhecida hoje como a Academia Militar das Agulhas Negras). Ainda no texto de Vilela (2018), após D. João VI voltar para Portugal e seu filho Dom Pedro I proclamar a independência do Brasil, é criada a primeira Constituição Brasileira, e uma das leis, no Art. 179 dizia que a “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”.

Entre o período da República Velha e da República Nova (1889-1963), houve muitas mudanças na Educação. Porém, é preciso dar um destaque a uma das pessoas mais significativas para educação brasileira, Paulo Freire e seu método freiriano de alfabetização que é extremamente estudado e propagado até os dias atuais.

Entre 1964 e 1985, tivemos o período da Ditadura Civil-Militar, e durante esse período houve grandes impactos na educação brasileira, e com isso, todas as inovações trazidas pela República Nova foram bloqueadas, e grandes educadores, como Paulo Freire, foram perseguidos e presos. O que podemos destacar sobre o período do regime militar é a criação da Lei 5.692, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971, que tinha como objetivo principal a educação profissionalizante.

Com o fim da Ditadura Militar, muitos educadores já não assumiam mais suas funções de professores, pois foram afastados durante o período do Regime Militar. Então, outras pessoas que não eram da área da Educação tomaram a frente de importantes cargos relacionados a esse meio, como exemplo, podemos citar o economista e ministro da educação Paulo Renato de Souza, o período em que se manteve no cargo foi o que mais teve projetos aprovados para a área da Educação.

## **Documentos que regulam e regem a Educação**



É importante pontuar que em 1988 tivemos a aprovação da Constituição Federal, e nela temos importantes artigos da lei que são direcionados a Educação, como o artigo 205, nos aponta que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Esse artigo mostra que é obrigação do Estado garantir a Educação para a população brasileira. Nesse sentido, o que antes era exclusivo para determinados grupos de pessoas, foi se tornando, aos poucos, um direito de todos, como podemos perceber, atualmente, esse direito como uma lei federal. Outro artigo bastante relevante é o 210, reforçando o que queremos expor nesse trabalho. “Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). Aqui o objetivo é padronizar a Educação, mas sem deixar de respeitar a cultura dos locais em que as escolas de Ensino Fundamental estão inseridas.

Para Novo (2019), a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) é o documento que regimenta a Educação do Brasil, tanto para o ensino público como para o ensino privado, e que rege a Educação desde o Ensino Básico até o Ensino Superior. Podemos encontrar as diretrizes/orientações a respeito da Educação no Brasil na LDB. Nesse caso, as obrigações que o Estado precisa cumprir relacionados à Educação, os direitos e os deveres da escola, a valorização dos educadores e dos profissionais que estão inseridos na Educação.

Como citado anteriormente, a LDB rege a Educação do Ensino Básico ao Ensino Superior. No que diz respeito ao Ensino Básico, ela divide em três etapas, sendo elas: o Ensino Infantil, que vai de 0 a 5 anos e que é de responsabilidade dos municípios garanti-lo; o Ensino Fundamental, que é dividido entre anos iniciais e anos finais, e também é responsabilidade do município; e por fim, o Ensino Médio, que é dividido em três anos, sendo obrigação de o Estado assegurar esta etapa de ensino. O Ensino Superior é responsabilidade do Governo Federal, porém, os Estados e municípios também podem oferecer, mas antes, precisam garantir os níveis de ensino anteriores que são suas prioridades. A LDB também cobra oferecimento de outros níveis de ensino, dentre eles temos: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Indígena e Educação Especial.

## **O Currículo Educacional**



Segundo Ubiratan D’Ambrósio, “[...] Currículo é a estratégia para a ação educativa” (2009, p. 68), ou seja, reúne as Diretrizes Curriculares Nacionais, as metodologias que serão trabalhadas em sala de aula e os objetivos propostos pela escola em relação à aprendizagem dos alunos. Sendo assim, para os professores, o currículo será o grande guia, auxiliando na construção do conhecimento dos discentes.

É sempre importante que o currículo esteja condizente com as questões sociais no qual o ambiente escolar está inserido, e consiga nortear a educação do indivíduo a partir destas questões, já que o currículo precisa preocupar-se em relacionar os conhecimentos práticos, aprendidos em sala de aula com o desenvolvimento sociocultural do aluno. Um trecho do livro “Currículo cultura e sociedade” de Antônio Flávio Barbosa Moreira e Tomaz Tadeu reforça esse contexto social, como podemos vê-lo a seguir.

O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal - ele tem uma história, vinculada as formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA, 1994, p. 8).

Logo, é imprescindível que o currículo esteja sendo adaptado de acordo com a as mudanças que ocorrem na sociedade, ideias e novas visões de mundo que surgem a todo o momento. Além disso, é importante que o currículo consiga integrar essas questões sem desrespeitar as características da escola e as especificidades gerais dos alunos, sendo necessário destacar também, a pluralidade cultural que é encontrada nas escolas do Brasil, um país miscigenado.

Como pontua Luckesi (2008), um dos quesitos que garantem a democratização da educação escolar é o acesso universal ao ensino. Para que isso ocorra, uma das questões que é necessária, é a existência de um documento que garanta que os currículos educacionais das escolas de todo o país, sejam não necessariamente iguais, mas que pelo menos tratem das mesmas temáticas gerais necessárias para a formação acadêmica e social dos estudantes, tendo o Brasil como documento de estruturação a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

### **A Base Nacional Comum Curricular – BNCC**

De maneira geral, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento que engloba todas as aprendizagens essenciais que são necessárias para o estudante durante todas as etapas da Educação Básica, garantindo a formação cidadã dos estudantes. Todos esses pontos citados são uma das exigências da lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, como podemos ver no Art. 22º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. “A



educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 1996).

Como exposto acima, a BNCC preocupa-se em garantir que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) seja levada em consideração na construção do currículo educacional, toda sua estruturação respeita as exigências da LDB, buscando relacionar essas exigências com as questões sociais, culturais e tecnológicas, que estão inseridas no ambiente escolar.

É necessário pontuar que a BNCC não se limita a aprendizagem dos conteúdos ou apenas ao conhecimento prático das disciplinas. Também se preocupa com o impactar dos conteúdos ministrados nas experiências externas a sala de aula.

### **A Matemática na BNCC**

A BNCC organiza as competências específicas das disciplinas entre Ensino Fundamental e Ensino Médio. Na Matemática também ocorre essa divisão, pois as necessidades dos alunos vão se modificando de acordo com o avançar da caminhada escolar. As competências específicas das disciplinas mudam na passagem do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. Sabendo disso, analisaremos como a matemática é vista por esse documento educacional e se ela traz uma abordagem prática acerca do tema.

O conhecimento matemático é necessário para todos os alunos da Educação Básica, seja por sua grande aplicação na sociedade contemporânea, seja pelas suas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais. (BRASIL, 2018, p. 265).

No Ensino Fundamental, a BNCC (2018), coloca como um dos compromissos da escola, trabalhar no aluno o letramento matemático, onde podemos observar quando analisamos uma das competências específicas de Matemática para o Ensino Fundamental. “Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo”. (BRASIL, 2018, p. 267).

Essa competência apresenta como o ensino de Matemática pode auxiliar o aluno a desenvolver a sua capacidade de tomada de decisões, e como reagir diante delas. Nesse caso, referindo-se não apenas ao conteúdo, mas à interação do estudante com o mundo. Outro ponto que esse documento busca trabalhar em sala de aula, com o auxílio da aprendizagem da Matemática, é o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos diante de situações do seu

cotidiano, para que assim, esses estudantes saibam discernir e julgar de forma coerente essas situações. Essa questão é exposta na quarta competência específica de Matemática para o Ensino Fundamental.

Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes. (BRASIL, 2018, p. 265).

O ensino de Matemática precisa ser trabalhado por etapas sequenciais, um novo aprendizado será importante para outro saber. A base destaca como o Ensino Médio tem a função de continuidade ao que foi aprendido no Ensino Fundamental, tendo a função de aprofundar os conceitos anteriores nessa etapa. Um dos objetivos apresenta o aprofundamento prático e metodológico.

Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática. (BRASIL, 2018, p. 531).

A segunda competência específica da Matemática para o Ensino Médio busca instigar o aluno a encarar determinadas questões, ajudando-o a tomar as melhores decisões diante das situações-problemas. Esses conceitos devem ficar internalizados no estudante, e inconscientemente, ele lidará com situações semelhantes as que foram vivenciadas no ensino de matemática durante período escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados identificados no decorrer da realização da pesquisa, surgiram a partir de entrevistas, possibilitando analisar o contexto didático nas aulas de Matemática e como os professores entrevistados veem a Matemática em sala de aula. O conhecimento didático-matemático dos entrevistados desenvolveu-se a partir de anos de experiência e de situações de sala de aula, nas quais foram necessários criar estratégias de ensino para mediar o saber.

Os dados retirados da pesquisa bibliográfica, das falas dos indivíduos e das observações realizadas no local da pesquisa foram analisadas e organizadas de acordo com o método da análise de dados qualitativos de Bardin (2016, p. 125), quando a mesma afirma que “as diferentes fases de análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organiza-se em torno de três polos cronológicos: 1) pré- análise, 2) a



exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. A pré-análise, primeira etapa, é determinada pela procura do material a ser disposto nas entrevistas, e, a partir dessa fase se tornou possível à organização dos dados dispostos a pesquisa, além de conceder perguntas eficazes para as entrevistas.

Na exploração do material foram aplicados os métodos identificados na fase anterior, proporcionando a organização das entrevistas. No tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, os dados foram tratados cuidadosamente, analisando as situações apresentadas e como elas estavam embasadas no referencial teórico.

### **1º Ponto de Discussão: A aula com base no Currículo.**

Segundo o dicionário Houaiss, Matemática é a “ciência que estuda, por métodos dedutivos, objetos abstratos (números, figuras, funções) e a relação existente entre eles” (Houaiss, 2009, p. 1256). Trabalhar esses objetos nos anos finais do Ensino Fundamental, com crianças e jovens de 11 (onze) a 14 (quatorze) anos é uma tarefa difícil. Não basta apenas tentar ensiná-los números, operações e procedimentos, é necessário convencê-los a gostar de Matemática. Requer do educador dedicação e uma excelente metodologia em sala de aula, já que os livros didáticos são repletos de conteúdos, trazendo a grade curricular do que deve ser lecionado pelo educador.

Ao questionar os professores como eles organizam as aulas, o professor João afirma que busca personalizar o ensino para cada turma, procurando estratégias de repasse de conteúdos que melhor se adequem a necessidade do estudante. João afirma que, mesmo com todo esse esforço, por ensinar em escola particular *“Tenho que terminar o livro!”*. Dessa forma, é perceptível a preocupação do professor em finalizar o livro com qualidade de forma que os estudantes compreendam o que está sendo compartilhado com eles. Entretanto, quando a professora Adriana foi indagada com o mesmo questionamento, disse: *“Devido à realidade a qual estamos passando, devido à pandemia, onde a maioria dos alunos não acompanhavam as aulas remotas, não estou seguindo o cronograma do livro. Estou fazendo como fui orientada: Recomposição da aprendizagem”*. A professora da escola pública, Adriana, afirma que a recomposição da aprendizagem se dá pela flexibilização curricular, revendo os conteúdos e priorizando as habilidades prioritárias como as quatro operações, o domínio de tabuada e problemas simples. Para que os estudantes tenham base para prosseguir nos próximos anos.



Para a realização de aulas diferenciadas a professora aponta: *“Procuro deixar a aula interativa para tentar estimular os estudantes, com desafios no quadro, jogos e exercícios contextualizados, mas os alunos que mais precisam não participam.”*

## **2º Ponto de Discussão: O aluno como autor de seu conhecimento**

O papel do professor em sala de aula deixa de ser apenas a transmissão de conteúdos e passa a assumir o papel de um mediador do conhecimento. Ambos os entrevistados falam do aluno como autor de seu conhecimento e sem o interesse deles é impossível haver aprendizado, mas é papel do educador despertar esse interesse no educando. Por essa razão, os professores procuram deixar a aula interativa. Para o João, professor da escola particular, *“O professor é o mediador do conhecimento”*.

No entanto nem sempre os estudantes conseguem compreender tudo o que foi lhes compartilhado. Dessa forma, vem à necessidade do professor rever conceitos. João, afirma que ao observar dificuldades em um determinado assunto *“deixamos uma parte da aula ou uma aula inteira para revisar os conceitos básicos ou lembrá-los desses conceitos para iniciar um conteúdo”* que necessitará desse conhecimento prévio, pois a Matemática, segundo ele, é um degrau, se aprende conceitos básicos para progredir aos conceitos complexos. Além disso, João afirma que *“O livro é feito como se o aluno não tivesse nenhuma dificuldade ou problema exterior fora da sala de aula, pois a realidade na escola é outra e eles trazerem tudo mais mecanizado e robotizado”*.

Se pensarmos além da fala da professora, a cerca da recomposição da aprendizagem, e imaginarmos o estudante que iniciou o sexto ano do Ensino Fundamental em 2022, a última vez que esteve de forma presencial foi no primeiro bimestre do quarto ano do Ensino Fundamental, ou seja, em 2020, esse pensamento consolida a fala da professora. Contribuindo significativamente para o não aprendizado, onde cada vez mais o professor será desafiado a enfrentar esses obstáculos.

## **3º Ponto de Discussão: Metodologia de Ensino**

Segundo o dicionário Houaiss, metodologia é o *“ramo da lógica que se ocupa dos métodos das diferentes ciências [...] corpo de regras e diligências estabelecidas para realizar uma pesquisa; método.”* (Houaiss, 2009, p. 1284). Para o professor João, metodologia é a *“maneira de como se aplicar algo”*, em sala de aula a metodologia será a estratégia de como trabalhar com os alunos, os conceitos básicos e propostos pelo livro didático, indo além de apenas conceitos propostos pelos livros, mas levando o estudante a pensar. Ou seja, o

professor João tem em sua base metodológica voltada a contextualização, onde trabalha os conteúdos com jogos e observa detalhadamente a necessidade de cada indivíduo, no caso, em cada estudante.

O educador João, aborda também a importância da estratégia para a formulação do plano de aula, *“a partir do momento que identifico o nível de aprendizagem de cada sala, isso facilita a elaboração do meu plano”*.

A professora Adriana, busca desenvolver sua metodologia de ensino de forma prática. Como exemplo ela trouxe a seguinte situação: *“Se ficarmos em um assunto que o estudante não consegue aprender mesmo depois de todo esforço, ficamos estacionados. Então, introduzo um novo assunto, mas sempre trazendo o anterior para o novo assunto. Exemplo: terminei as quatro operações, e eles não aprenderam a dividir, então início potência, trabalhando a multiplicação e a divisão”*. Esta última seria a operação que os discentes demoraram para aprender. Dessa forma, observamos o cuidado e zelo que ambos os professores entrevistados têm em sala de aula, e não veem a matemática como uma disciplina rígida, mas priorizam o aprendizado significativo do estudante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma acima descrita pelos professores é trazida pela BNCC, onde existem as habilidades que os indivíduos precisam alcançar, mas que ainda é necessário adequar melhor ao uso de metodologias ativas que estão cada vez mais presentes na Educação. Sendo ainda um desafio aos professores correlacionarem a Matemática e os conceitos básicos a forma prática desta área do conhecimento, ou seja, ao uso cotidiano e trabalhar os cálculos de forma contextualizada.

Percebemos que os educadores entrevistados descrevem suas práticas de ensino sempre visando o aprender matemático, mas que em nenhum momento é citado o saber matemático atrelado ao fator social. Mesmo sabendo que as 10 (dez) competências da BNCC, abordam a respeito do conteúdo como forma de desenvolver o ser humano.

Entretanto, o professor não é culpado por desenvolver principalmente o saber teórico no educando, mas se analisarmos as formações que eles têm ou tiveram, veremos licenciaturas com um auto teor de formação teórica, onde são apenas ensinados a trabalhar com os números e avaliar os estudantes a partir de provas e trabalhos. Situações rotineiras do dia a dia, desenvolvimento lógico-prático matemático ou disciplinas como educação financeira, não são trabalhadas em todos os colégios brasileiros, dificultando o desenvolvimento o matemático.



Dessa forma, concluímos esse trabalho, sabendo da necessidade de uma reorganização do ensino, especificamente o ensino da matemática, que devemos compreendê-lo além dos termos técnicos, precisamos olhar para o prático. Pois uma criança do sexto ano não compreenderá a importância de trabalhar com potência se a ela não for apresentada situações que ela pode utilizar determinado conteúdo. Essa forma de ensinar deveria ser trabalhada pelo menos no Ensino Básico, para que os conceitos centrais fossem fixados no cognitivo do educando.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto** - MEC n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Brasília - DF, 23 de dezembro de 1996.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: Da teoria à prática**. 17º ed. Campinas – SP: Papyrus, 2009.

HOUAISS, Antônio. VILAR, Mouro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e proposições**. 19ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa (Org.); TADEU, Tomaz (Org.). **Currículo, Cultura E Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

## Leituras Complementares

VILELA, Thiago Dutra. **Linha do tempo da História da Educação no Brasil**. OCOMPRESSO, 2009. Disponível em: <https://www.ocomprimido.com/dose-diaria/linha-do-tempo-da-historia-da-educacao-no-brasil/> . Acesso em: 17, junho de 2022.

NOVO, Benigno Núñez. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação - Comentários**. Brasil Escola. 2019. Disponível em: <https://meuartigo.brasescola.uol.com.br/direito/leis-diretrizes-bases-educacao-comentarios.htm> . Acesso em: 27 maio. 2022.

CAPANEMA, Ana Patrícia Guedes Medeiros. **Princípios, Fundamentos e procedimentos da Educação Básica: uma relação entre o estabelecido e o praticado**. Brasil Escola. Disponível em: [https://monografias.brasescola.uol.com.br/pedagogia/principios-fundamentos-procedimentos-educacao-basicamarelacao.htm?fbclid=IwAR2R8J9wycKdY\\_OwXY3sOghwT-bP0XCRGILHDx2tKu06mEU8CSpcd6wBHPo](https://monografias.brasescola.uol.com.br/pedagogia/principios-fundamentos-procedimentos-educacao-basicamarelacao.htm?fbclid=IwAR2R8J9wycKdY_OwXY3sOghwT-bP0XCRGILHDx2tKu06mEU8CSpcd6wBHPo) . Acesso em: 27 maio. 2022.